

O DIREITO SOCIAL À SAÚDE NA ESFERA MUNICIPAL SOB A ÓTICA DA REFORMA TRIBUTÁRIA: IMPACTOS NA RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE E NA GARANTIA DA PRESTAÇÃO CONSTITUCIONAL

NEGRIFO, Júlia Lais Branco.¹
MENEZES, Fabrício Fernandes Almeida de.²
ZEFERINO, Deborah Godinho Mariano.³

O presente estudo analisa o intrincado cenário do direito social à saúde no Brasil, focando em sua implementação municipal e nos desafios que surgem com a proposta de reforma tributária. A pesquisa questiona como as mudanças decorrentes da reforma podem afetar o financiamento e a garantia do direito à saúde localmente, e como isso impacta a relação médico-paciente sob a ótica constitucional. O referencial teórico aborda o direito à saúde como fundamental social, os princípios do SUS (universalidade, integralidade e equidade), o federalismo cooperativo com foco nas atribuições municipais em saúde, e os princípios constitucionais da dignidade humana e autonomia do paciente. Serão consideradas perspectivas sobre o financiamento do SUS e as repercussões fiscais das propostas de reforma tributária para os entes federativos. Os objetivos da pesquisa incluem: investigar o arcabouço normativo-constitucional do direito à saúde e as obrigações municipais; analisar as consequências da reforma tributária na arrecadação e distribuição de recursos para a saúde municipal; e avaliar como mudanças no financiamento podem influenciar a qualidade, acesso e a relação médico-paciente, visando assegurar os direitos fundamentais. A metodologia será qualitativa, exploratória e analítica, com pesquisa bibliográfica abrangente (doutrinas jurídicas, artigos e legislações como a Constituição Federal e propostas de emenda constitucional sobre reforma tributária). Haverá também análise documental de dados sobre o financiamento da saúde para cenários futuros. Como considerações preliminares, embora a Emenda Constitucional nº 132/2023 vise simplificar processos e promover eficiência, é crucial que o design final da reforma fortaleça os mecanismos financeiros que garantam a sustentabilidade e a expansão do

¹ Graduanda em Direito pela FAFRAM - Faculdade Dr. Francisco Maeda. Foco de estudos em Direito Constitucional, Políticas Públicas de Saúde e os impactos da Reforma Tributária no financiamento do SUS. E-mail: julia.negrifo@sou.fafram.com.br

² Graduando em Direito pela FAFRAM - Faculdade Dr. Francisco Maeda. Foco de estudos em Direito Constitucional, Políticas Públicas de Saúde e os impactos da Reforma Tributária no financiamento do SUS. E-mail: fabricio.menezes@sou.fafram.com.br

³ Graduanda em Direito pela FAFRAM - Faculdade Dr. Francisco Maeda. Foco de estudos em Direito Constitucional, Políticas Públicas de Saúde e os impactos da Reforma Tributária no financiamento do SUS. E-mail: debora.zeferino@sou.fafram.com.br

direito à saúde. A adequada disponibilização de recursos aos municípios é vital, pois representam a porta de entrada para os cidadãos no SUS, impactando diretamente a qualidade da relação médico-paciente e a efetivação do direito constitucional fundamental.

REFERÊNCIAS

<https://www.migalhas.com.br/amp/depeso/400371/impactos-da-reforma-tributaria-na-area-da-saude>

<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/municipios-brasileiros-e-a-reforma-tributaria>

<https://www.anahp.com.br/noticias/anahp-ao-vivo-reforma-tributaria-impactos-e-perspectivas-para-o-setor-de-saude/>

https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/noticias/20231124%20-%20Artigo%20-%20ReformaTributaria_DimasRamalhoTCESP.pdf

<https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/download/8696/5394/26104>